

EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S.A. - IPLANRIO
CNPJ nº 73.214.439/0001-90

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023

1. Contexto Operacional

A Empresa de Municipal de Informática - IPLANRIO é uma empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Município do Rio de Janeiro, tendo a sua sede administrativa situada em Avenida Presidente Vargas, 3131 – Salas 1304 a 1306, foi criada pela Lei Municipal nº 1562 de 22/09/1990, vinculada à Casa Civil, conforme Decreto Municipal Nº 51.942 de 17º de abril de 2023.

A missão institucional é prover soluções tecnológicas a fim de melhorar a vida na cidade do Rio de Janeiro, atuando fundamentalmente na descentralização administrativa dos serviços prestados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à população carioca.

Não se verifica lucratividade na execução dessa atividade operacional. Para execução de sua atividade, a IPLANRIO recebe, regularmente, recursos financeiros para cumprir os compromissos na execução das atividades fins da entidade, provenientes das dotações orçamentárias do Orçamento Anual da PCRJ.

A IPLANRIO recebe, regularmente, recursos financeiros para cumprir os compromissos assumidos na execução das atividades fins da entidade, provenientes das dotações orçamentárias do Orçamento Anual da PCRJ, se configurando como uma empresa estatal dependente, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as orientações estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações; pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª ed., aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18/12/2018 e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018), que consolida os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e define normas contábeis aplicáveis ao Setor Público; Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's), emitidas pela STN; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições legais complementares vigentes.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações de execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pela entidade no Sistema Corporativo de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sendo de responsabilidade do gestor da entidade as operações realizadas, bem como a ratificação das informações contidas nas demonstrações contábeis.

As demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, sendo compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE).

As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil.

3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes:

3.1. Receitas

Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade.

Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa.

3.2. Despesas

Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício,

independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária.

Pelo enfoque orçamentário, de acordo como art. 35 da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício.

3.3. Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados.

Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras e demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial.

Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos próprios e recursos do Tesouro Municipal.

3.5. Créditos a Curto Prazo

Destacam-se os valores relativos aos créditos orçamentários a receber da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para pagamento de custeio/investimento, reconhecidos simultaneamente as obrigações no Passivo da entidade.

Os valores a receber por serviços prestados são reconhecidos como créditos a receber (mensurados pelo valor original), sendo os com riscos de recebimentos, reconhecidos em contas de ajustes para perdas.

3.6. Estoques

Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes.

3.7. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou produção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes. São atualizados por ajustes de depreciação e amortização.

3.8. Intangível

O reconhecimento inicial dos ativos intangíveis é efetuado pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a sua finalidade, seguindo no que couber o disposto na Resolução CGM nº 1.642/2020 que dispõe sobre normas para o registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes.

3.9. Reconhecimento de Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência.

As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela área jurídica da entidade de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4. Informações Complementares

4.1 – Balanço Orçamentário Despesas por Tipo de Crédito:

Detalhamento	Dotação Inicial	Créditos Suplementares Abertos	Cancelamentos	Dotação Atualizada
--------------	-----------------	--------------------------------	---------------	--------------------

Handwritten signatures and initials in blue ink.

	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal e Encargos	84.985.999,00	13.303.993,36	0,00	98.289.992,36
Outras Despesas Correntes	41.431.890,00	3.920.420,00	0,00	45.352.310,00
Despesas Correntes	126.417.889,00	17.224.413,36	0,00	143.642.302,36
Investimentos	63.234.667,00	30.127.151,00	0,00	93.361.818,00
Despesas de Capital	63.234.667,00	30.127.151,00	0,00	93.361.818,00
Total	189.652.556,00	47.351.564,36	0,00	237.004.120,36

Execução das Receitas e das Despesas:

As receitas geradoras de recursos financeiros da IPLANRIO constituem-se fundamentalmente pelas subvenções recebidas através das dotações orçamentárias da Prefeitura e pelas prestações de serviços de informática, tendo a seguinte composição em 31/12/2023:

Detalhamento	31/12/2023 R\$	%	31/12/2022 R\$	%
Receita Patrimonial	806.296,33	4,91	3.239.582,97	25,42
Outras Receitas de Serviços	68.541,09	0,42	74.875,73	0,59
Outras Receitas Correntes	74.719,52	0,46	287.851,50	2,26
Receitas Intraorçamentárias - Receitas de Serviços	15.464.430,58	94,21	9.141.685,30	71,73
Total	16.413.987,52	100	12.743.995,50	100

As principais despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2023, de acordo com a sua fonte de custeio foram:

Detalhamento	Valor Empenhado		Valor Liquidado		Valor Pago	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos	79.437.349,55	61,69	78.461.701,47	62,65	71.409.537,35	67,14
Outras Despesas Correntes	31.958.408,10	24,82	29.647.985,28	23,67	28.993.729,83	27,26
Despesas Correntes	111.395.757,65	86,51	108.109.686,75	86,33	100.403.267,18	94,40
Investimentos	17.373.852,10	13,49	17.121.371,50	13,67	5.953.474,00	5,60
Despesas de Capital	17.373.852,10	13,49	17.121.371,50	13,67	5.953.474,00	5,60
Total	128.769.609,75	100,00	125.231.058,25	100,00	106.356.741,18	100,00

4.2 – Balanço Financeiro

A Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, estabeleceu a padronização das fontes e destinações de recursos de forma obrigatória a partir de 2023 para todos os entes da federação. No Município do Rio de Janeiro, a Resolução Conjunta SMFP/CGM nº 24, de 11 de agosto de 2022, estabeleceu a classificação das fontes e destinações de recursos a serem utilizadas a partir de 2023.

Considerando que a alteração da classificação das fontes e destinações de recursos dificultou a apresentação comparativa das informações orçamentárias apresentadas no Balanço Financeiro, esta demonstração está sendo divulgada apenas com as informações referentes ao exercício de 2023 (em conformidade com itens 44, 55 e 56 da NBC-TSP 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público). Entretanto, para fins de transparência estão sendo apresentada na tabela a seguir a composição comparativa das informações sintéticas do Balanço Financeiro.

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	16.413.987,52	12.743.995,50
Ordinária	16.413.987,52	12.743.995,50
Transferências Financeiras Recebidas	116.221.631,21	118.311.403,89
Recebimentos Extraorçamentários	23.511.115,42	22.467.911,02
Saldo do Exercício Anterior	8.153.057,37	2.773.573,59
Total	164.299.791,52	156.296.884,00
Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária	128.769.609,75	138.596.018,73
Ordinária	111.818.367,15	0,00
Vinculada	16.951.242,60	138.596.018,73
Pagamentos Extraorçamentários	22.907.986,46	9.547.807,90

mf *A* *ek*

Saldo do Exercício Seguinte	12.622.195,31	8.153.057,37
Total	164.299.791,52	156.296.884,00

4.2.1 – Transferências Financeiras Recebidas

Os valores das Transferências Recebidas para a execução orçamentária são registrados no Balanço Financeiro na coluna ingressos, sendo provenientes da dependência financeira com o Tesouro Municipal, alcançando o valor de R\$ 116.221.631,21 em 31/12/2023.

4.2.2 – Restos a Pagar

Os valores inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2023 são demonstrados no Balanço Financeiro na coluna de ingressos, como recebimentos extras orçamentários, para fins de ajuste financeiro da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada, demonstrada na coluna de dispêndios. A composição por natureza da despesa dos valores inscritos no exercício está apresentada no quadro a seguir:

Detalhamento	RPN inscrito em 31/12/2023		RPP inscrito em 31/12/2023	
	R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	6.437.393,00	34,67
Outras Despesas Correntes	3.538.551,50	100,00	12.130.954,39	65,33
Total	3.538.551,50	100	18.568.347,39	100,00

4.3 – Balanço Patrimonial

Neste capítulo são apresentados os detalhes dos principais grupos desta Demonstração.

4.3.1 – Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de serviço e empréstimos, realizáveis até 31/12/2024, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Clientes	1.051.022,55	5.542.169,39
Empréstimos/Financiamentos Concedidos	406.596,93	303.215,95
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(919.960,61)	(919.960,61)
Total	537.658,87	4.925.424,73

4.3.2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os saldos registrados neste grupo referem-se aos demais créditos não recebidos até 31/12/2023, com expectativa de recebimento até 31/12/2024, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	373.066,56	39.782,60
Sistema Descentralizado de Pagamentos	110.868,95	49.121,01
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	483.935,51	88.903,61
Tributos a Recuperar	740,64	740,64
Tributos a Recuperar ou Compensar - Intra OFSS	740,64	740,64
Tributos a Recuperar	0,02	
Tributos a Compensar	1.173.425,28	676.356,73

Tributos a Recuperar ou Compensar - Inter OFSS - União	1.173.425,30	676.356,73
Depósitos e Cauções		436.244,21
Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	-	-
Depósitos Judiciais	1.847.684,04	1.867.727,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação	1.847.684,04	2.303.971,69
Outros Créditos a Receber	8.780,31	
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	8.780,31	0,00
Créditos Administrativos não Tributários a Receber	-	-
Subvenções a Receber	26.826.226,66	14.430.999,63
Créditos de transferências a receber - Convênios	-	153.921,20
Outros Créditos e Valores a Receber - Intra		153.921,20
Outros Créditos e Valores a Receber - Terceiros		14.159.934,31
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo a Receber - Intra OFSS	26.826.226,66	28.898.776,34
Total	30.340.792,46	31.968.749,01

4.3.3 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, para utilização própria no curso normal das atividades.

Detalhamento	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Almoxarifado	24.343,73	36.320,36
Total	24.343,73	36.320,36

4.3.4 – Realizável a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de serviços e créditos tributários e com vencimento no longo prazo, ou seja, com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Depósitos e Cauções Prestadas	50.635,43	50.635,43
SUBVENÇÕES A RECEBER - PERMANENTE	2.087.470,08	2.087.470,08
IRRF - PJ a Recuperar	798.054,08	310.325,83
IRRF Atualização Taxa SELIC a Recuperar	127.339,52	76.188,36
RRF Sobre Aplicação Financeira a Compensar	159.720,99	48.454,28
NSS a Compensar	7.841,17	7.841,17
COFINS a Compensar	4.726,75	4.726,75
PIS (PASEP) a Compensar	776,2	776,2
Total	3.236.564,22	2.586.418,10

4.3.5 – Investimentos

Os investimentos referem-se exclusivamente a participações societárias adquiridas das empresas Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebrás e Telefônica Brasil S.A, que são avaliadas

A *vermelho*

pelo método de custo, portanto sendo mantidas pelo seu valor histórico, apresentando o valor de R\$ 44.013,03 em 31/12/2023 e 31/12/2022.

4.3.6 – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, conforme quadro demonstrativo.

Bens Móveis					
Detalhamento	Taxa Anual Deprec	Custo de aquisição	Depreciação	Valor Líquido Contábil	Valor Líquido Contábil
	%	em 31/12/2023	em 31/12/2023	em 31/12/2023	em 31/12/2022
		R\$	R\$	R\$	R\$
Equip. de Processamento de Dados	20	24.190.862,37	(15.977.853,35)	8.213.009	13.016.625,93
Equip. de Telecomunicações, Som e Imagem	10	4.759,00	(1.580,97)	3.178,03	3.494,65
Aparelhos e Instrumentos	10	229.062,84	(137.052,53)	92.010,31	136.497,22
Ferramentas		264.677,35	(262.241,21)	2.436,14	2.751,62
Máquinas e Equipamentos	10	4.212.864,24	(4.167.470,45)	45.393,79	75.968,04
Bibliotecas, Discotecas e Filmotecas	0	170,00	0,00	170,00	170,00
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	10	28.902.395,80	(20.546.198,51)	8.356.197,29	13.235.507,46
Mobiliário em Geral	10	1.447.471,80	(1.438.484,79)	8.987,01	108.705,91
Obras de Arte e Decoração	0	2.380,00	0,00	2.380,00	2.380,00
Total - Bens Móveis		30.352.247,60	(21.984.683,30)	8.367.564,30	13.346.593,37
Bens Imóveis					
Detalhamento	Taxa Anual Deprec	Custo de aquisição	Depreciação	Valor Líquido Contábil	Valor Líquido Contábil
	%	em 31/12/2023	em 31/12/2023	em 31/12/2023	em 31/12/2022
		R\$	R\$	R\$	R\$
Terrenos	-	1.564.216,41	-	1.564.216,41	1.564.216,41
Terrenos Reavaliados	-	521.824,90	-	521.824,90	521.824,90
Edificações	-	1.819.791,00	(1.819.791,00)	0,00	0,00
Edificações Reavaliadas	-	1.601.037,17	(1.601.037,17)	0,00	0,00
Total - Bens Imóveis		5.506.869,48	(3.420.828,17)	2.086.041,31	2.086.041,31
Imobilizado - Total		35.859.117,08	(25.405.511,47)	10.453.605,61	15.432.634,68

4.3.7 – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	Taxa Anual Amort.	Custo de aquisição	Amortização + Redução	Valor Líquido Contábil	Valor Líquido Contábil
	%	em 31/12/2023	em 31/12/2023	em 31/12/2023	em 31/12/2022
		R\$	R\$	R\$	R\$
Sistemas Aplicativos - Softwares	20	45.631.417,72	(15.340.859,11)	30.290.558,61	22.846.897,60
Total		45.631.417,72	(15.340.859,11)	30.290.558,61	22.846.897,60

4.3.8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

mf 7 *ser*

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito e encargos a pagar, benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	R\$	R\$	R\$	R\$
Salários e Remunerações	4.393.028,00	3.076.756,31	0,00	0,00
Férias	4.202.360,01	5.068.031,94	0,00	0,00
INSS - Contribuição sobre Salários e Remunerações	839.758,05	2.634.277,68	0,00	0,00
FGTS	988.352,62	1.309.293,08	0,00	0,00
Total	10.423.498,68	12.088.359,01	0,00	0,00

4.3.9 – Fornecedores e Contas a Pagar

Compreende as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da prestação de serviços e todas as outras contas a pagar, inclusive decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	16.409.293,57	15.778.706,31	0,00	0,00
Contas a Pagar - Credores Nacionais	245.535,93	272.753,86	1.575.841,33	1.821.377,29
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Consolidação	16.654.829,50	16.051.460,17	1.575.841,33	1.821.377,29
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Intra OFSS	28.789,68	46.766,92	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Inter OFSS - União	412,79	412,79	0,00	0,00
Total	16.684.031,97	16.098.639,88	1.575.841,33	1.821.377,29

4.3.10 – Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	R\$	R\$	R\$	R\$
COFINS a Recolher	134.096,03	163.217,00	0,00	0,00
PIS(PASEP) a Recolher	31.292,34	10.976,50	0,00	0,00
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	378,79	419,35	0,00	0,00
TAXAS	3.588,37	3.558,37	0,00	0,00
ISS a Recolher	4.228,05	4.228,05	0,00	0,00
IPTU a Recolher	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	173.583,58	182.399,27	0,00	0,00

4.3.11 – Provisões

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, referentes as ações judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis, que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, e apresentam possibilidade de perdas, consideradas como provável de desembolsos de recursos, registrados com base nas informações prestadas pela Assessoria Jurídica e, sendo apresentadas da seguinte forma:

uf
E
ur

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	R\$	R\$	R\$	R\$
Provisão para Riscos Trabalhistas	1.442.284,49	0,00	307.565,90	3.255.151,75
Provisão para Riscos Cíveis	0,00	0,00	3.358.688,65	3.378.864,65
Provisão para Riscos Fiscais	0,00	0,00	44.880.000,00	44.880.000,00
Total	1.442.284,49	0,00	48.546.254,55	51.514.016,40

4.3.12 – Demais Obrigações

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	R\$	R\$	R\$	R\$
Consignações sobre Folha de Pagamento	363.962,82	416.975,80	0,00	0,00
Depósitos não Judiciais	464.575,20	428.091,17	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Consolidação	828.538,02	845.066,97	0,00	0,00
Retenções Diversas	97.190,01	31.023,46	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Intra OFSS	97.190,01	31.023,46	0,00	0,00
Consignações sobre Folha de Pagamento	992.503,32	2.166.844,67	0,00	0,00
Retenções Diversas	1.371.644,89	205.294,56	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	2.364.148,21	2.372.139,23	0,00	0,00
Depósitos e Receitas a Apropriar	0,00	551.954,04	0,00	0,00
Outros Credores a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações - Consolidação	0,00	551.954,04	0,00	0,00
Convênios a Executar	131.507,93	285.429,13	0,00	0,00
Depósitos e Receitas a Apropriar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações - Intra OFSS	131.507,93	285.429,13	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00	15.261.814,52	0,00
Total	3.421.384,17	4.085.612,83	15.261.814,52	0,00

4.3.13 – Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. O saldo dessa conta está formado basicamente pelo montante ainda não apropriado em receita, dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta, que serão reconhecidos no resultado em seus períodos de competência futura. Os valores referentes a curto prazo, encontram-se no grupo Demais Obrigações – Receita a Apropriar.

Detalhamento	Objeto do Termo de Contrato	Parte contratada	Prazo total remanescente (meses)	Longo Prazo	
				31/12/2023	31/12/2022
				R\$	R\$
SMFP nº 104/2022	Pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta	Banco Santander	45 meses	2.069.827,65	2.069.827,65
Total				2.069.827,65	2.069.827,65

Os valores relativos à receita a apropriar referente ao período de janeiro a dezembro de 2024 referem-se ao montante ainda não apropriado com em receita (referente em curto prazo), dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para

prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta estão evidenciados no saldo deste grupo de contas. As parcelas a partir de janeiro 2025 serão reconhecidas no resultado em seus períodos de competência futura, estando o valor evidenciado no "Resultado Diferido"

4.3.14 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 9.543.675,72, representado por 5.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

O único acionista é a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, os respectivos números, espécies e classes das ações, quantidade e o valor integralizado do exercício corrente e anterior estão demonstrados no quadro a seguir:

Sócios/Acionistas	Posição em 31/12/2023						31/12/2022	
	Ações Ordinárias		Total de ações		Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	R\$	Qtde	R\$
Prefeitura da Cidade do RJ	5.000	100	5.000	100	5.000	9.543.675,72	5.000	9.543.675,72
Total	5.000	100	5.000	100	5.000	9.543.675,72	5.000	9.543.675,72

O detalhamento do Resultado do Exercício e Acumulado está apresentado no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022
	R\$	R\$
Resultado do Exercício	-2.287.669,65	-14.339.164,41
Resultado de Exercícios Anteriores	-26.174.374,98	-11.846.019,97
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.869.579,80	35.949,20
Total	(21.592.464,83)	(26.149.235,18)

O Resultado do Exercício foi, fortemente, impactado pelos fatores indicados a seguir:

Foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores, tendo sido provocados por retificação de erros de registros feitos em exercícios anteriores, conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2022	Detalhamento do Ajuste	Valor de exercício anterior ajustado
		Fato	R\$ em 31/12/2023
Ativo Circulante	30.344.709,46	Lançamentos indevidos realizados na conta de subvenções a receber processadas e depois transferidas para subvenções a receber não processadas, referente ao exercício anterior. Referente a estornos realizados no órgão 1451.	8.613.432,88 (1.983.644,35)
Ativo Não Circulante	40.909.963,41	Serviços de consultoria imobilizados indevidamente	<u>(4.655.888,12)</u> 1.973.900,41
Passivo Circulante	32.455.010,99	Relacionado a lançamentos indevidos, deixando o saldo da conta incorreto.	3.430.309,40

mp 4 *er*

		Cancelamentos de apropriações de despesas, realizadas em 2022.	7.150,01	
		Regularização de lançamentos feitos na conta incorreta, no exercício anterior.	735.030,70	
Passivo Não Circulante	55.405.221,34	Provisões que deveriam ser realizados no exercício anterior	723.189,28	67.453.738,05
			<u>4.895.679,39</u>	
		Efeito líquido	6.869.579,80	

4.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias incluindo as aplicações financeiras de alta liquidez.

Integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2023, os valores extra orçamentários, estão vinculados a finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução, como as cauções recebidas, no valor de R\$ 471.799,52.

Estão contemplados na linha "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário.

5. Outras Informações

Conciliação do Superávit/ Déficit Financeiro

No quadro seguinte é apresentada a conciliação entre os valores evidenciados nos quadros do Balanço Patrimonial que servem de auxílio para apuração do superávit ou déficit financeiro do exercício:

Balanço Patrimonial - Conciliação	31/12/2023 R\$
Ativo Financeiro	36.677.776,25
Passivo Financeiro	25.347.601,17
Superávit/Déficit Financeiro	11.330.175,08
Demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Bal. Patrimonial	0,00
Dispêndios a menor em 2023 a serem regularizados orçamentariamente em 2024	2.693.711,65
Superávit/ Déficit Financeiro	11.330.175,08

Conciliação da Receita Bruta

Apresentada a seguir a conciliação a partir do resultado operacional evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício para chegar à receita tributária para finalidades fiscais em conformidade com o previsto na NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade:

Detalhamento	31/12/2023 R\$	%	31/12/2022 R\$	%
Receita Patrimonial	806.296,33	4,91	3.239.582,97	25,42
Receita de Serviços	68.541,09	0,42	74.875,73	0,59
Outras Receitas Correntes	74.719,52	0,46	287.851,50	2,26
Receitas Intraorçamentárias - Receita de Serviços	15.464.430,58	94,21	9.141.685,30	71,73
Total	16.413.987,52	100	12.743.995,50	100

6. Partes Relacionadas

Os relacionamentos com partes relacionadas realizadas pela IPLANRIO referem-se:

- o acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na relação orçamentária, que corresponde a principal fonte de receitas para custeio das atividades;

- o acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelos contratos comerciais celebrados pela empresa com órgãos da Prefeitura que são subsidiadas com recursos do Tesouro para a manutenção dos serviços contratados;

- o acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelo pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre a Folha de Pagamento e dos impostos diretos, Imposto sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

- com a Empresa Municipal de Artes Gráficas S.A. - Imprensa da Cidade, pelos serviços de publicações oficiais no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e por serviços gráficos de confecção de cartões de visita, entre outros.

7. Eventos subsequentes

Da data do fechamento do exercício até a data de elaboração destas demonstrações contábeis, o setor de contabilidade não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.



MARCOS ANTONIO RAPOSO LADEIRA
CONTADOR
CRC-RJ 76597
Matrícula: 69/623.324-7
IPLANRIO/PRE/DAF/CTFI



MICHELL YAMASAKI VERDEJO
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS
Matrícula: 66/623.360-0
IPLANRIO/PRE/DAF



MARCUS VINÍCIUS MEDINA COSTA
DIRETOR-PRESIDENTE
Matrícula: 66/623.357-0
IPLANRIO/PRE